

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECONOMISTAS DOMÉSTICOS – ABED: QUATRO DÉCADAS, MÚLTIPLOS DESAFIOS

Rozilene Coutinho de Oliveira¹
Maria de Fatima Massena de Melo²

1. RESUMO

Este artigo teve por finalidade trazer à tona a história da Associação Brasileira de Economistas Domésticos – ABED, através de levantamento bibliográfico em artigos publicados na revista Oikos, além de apresentar os múltiplos desafios enquanto representação de classe nos últimos 40 anos. Vários são os motivos que justificam a resistência desta instituição, e diversos são os obstáculos que têm limitado a efetiva participação de profissionais em continuar o legado que outrora fora deixado como herança pelas profissionais que no passado lutaram para que hoje tivéssemos: Lei que regulamenta a profissão, uma Associação, Conselhos Federal e Regionais, uma Revista Científica e visibilidade enquanto profissional. Se no passado a categoria conseguiu conquistas relevantes para a profissão, atualmente o desconhecimento da nova geração de profissionais, quanto à importância e significado de uma representação de classe para a categoria profissional, tem-se apresentado como desafio a ser superado.

Palavras-chave: Categoria Profissional. Participação. Representação de Classe.

2. ABSTRACT

This article aims to tease out the history of the Brazilian Association of Home Economists – ABED through a literature review reported in the journal Oikos, besides presenting the multiple challenges while class representation in the last forty years. There are several reasons justifying the strength of this institution and many are the obstacles that have limited the effective participation of professionals in continuing the legacy that once were left as inheritance by professionals who fought in the past so that

¹ Bacharela e licenciada em Economia Doméstica pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil, e estudante de Especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil, e de Especialização em Educação, Direitos Humanos e Diversidade pela Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil (rozec_oliveira@yahoo.com.br).

² Economista Doméstico, mestra em Administração e Comunicação Rural e doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco e professora do Departamento de Ciências Domésticas dessa mesma Universidade, Recife, PE, Brasil.

today we have the Law which regulates the profession, a Association, Federal and Regional Council, a scientific journal and visibility as a professional. If the category in the past managed achievements relevant to the profession, currently the lack of new generation of professionals on the importance and significance of a class representation for the occupational category has emerged as a challenge to be overcome.

Keywords: Professional Category. Participation. Representation of Class.

3. INTRODUÇÃO

A história da Associação Brasileira de Economistas Domésticos – ABED, nessas quatro décadas de existência, é repleta de resistência, desafios e conquistas. Ao fazer essa viagem no tempo, descobre-se que os desafios foram às principais motivações de profissionais que acreditavam na importância e significado de uma representação de classe para conquistar espaço, enquanto profissão, no mundo de trabalho e respeito, enquanto profissional, nos cenários político, econômico e social brasileiro. Antes é necessário situar o momento histórico do país, a partir da década de 1950, para entender em que panorama se deu a criação da ABED, bem como as conquistas que alteraram o rumo da profissão e do/a profissional no país, nos dias atuais.

Entender a dinâmica política, social e econômica do Brasil contribui para compreender em que dado momento histórico foram surgindo os cursos de Economia Doméstica no Brasil, bem como a inicial finalidade que era atender a uma demanda na Extensão Rural. Vale ressaltar que, do mesmo modo que as demandas por profissionais qualificados foram surgindo, os cursos de Economia Doméstica também vêm acompanhando essa dinâmica, adequando-se à realidade.

Na década de 1950, período do governo de Vargas (1951 a 1954), o Brasil passava por mudanças nas áreas política, econômica e social. Foi nesse cenário que apareceu, em Viçosa-MG, o primeiro Curso de Economia Doméstica (1952), objetivando formar profissionais especializados/as para suprir uma necessidade existente na Extensão Rural, a modernização do campo. A partir de então foram surgindo outros cursos em outros Estados.

Nas décadas de 1940 a 1960 houve aceleração nas transformações econômicas e sociais no meio rural brasileiro, com a participação de governos estaduais e a especulação de terras do Estado envolvendo grandes fazendeiros, o setor imobiliário e

de colonização (VITA, 2004), afetando a vida de um contingente de trabalhadores rurais ao mesmo tempo que comprometia a ação do/a extensionista rural. Ou seja:

Na década de 70, durante o processo de modernização do campo, registrou-se no Brasil, no meio rural, o mais violento processo de expulsão do campo e o mais rápido processo de concentração de renda. Milhões de famílias foram forçados a abandonar suas casas, penetraram nos centros urbanos, sem emprego e morada adequada. Também foi o período em que a estrutura familiar começou a mudar cujos membros foram diminuindo e a mulher começou a ser inserida no mercado de trabalho para compor a renda familiar (BRUM, 2003).

Diante dessa realidade, pode-se pensar que a ação da/o extensionista rural enfrentava diversos desafios, e a atuação profissional também precisava acompanhar as transformações que o país atravessava. Para tanto era preciso organizar-se para enfrentar os novos desafios. O primeiro passo foi mobilizar as profissionais com formação em Economia Doméstica para regulamentar a profissão. Nesse sentido, a criação de uma representação de classe era fundamental.

Durante esse período, a atuação da Associação Brasileira de Economistas Domésticos – ABED no cenário político foi essencial, uma vez que o meio rural estava passando por um processo de transformação; era preciso ampliar o mercado de trabalho e lutar pelo reconhecimento da profissão (SIMONINI, 1991, p. 66).

Vale ressaltar que, diante dos problemas vivenciados por uma profissão não regulamentada, coube à ABED lutar para formalizar a atuação profissional. Para tanto, participava de eventos de interesse da profissão, fez levantamento das Economistas Domésticas que trabalhavam na Extensão Rural (...) e obteve subsídios para o anteprojeto de regulamentação da profissão (SIMONINI, 1991, p. 66).

A então Diretoria da ABED (gestão 1973-1975) participava de reuniões, de seminários programados pelas seções e complementou o anteprojeto de lei de regulamentação profissional. Sendo entregue ao Deputado Alípio Carvalho que o transformou no Projeto de Lei nº 2.271 de 26/09/1974. Tramitou nas comissões, mas não obteve êxito, sendo rejeitado pela Câmara dos Deputados (SIMONINI, 1991, p. 67).

É fundamental destacar que a participação das Economistas Domésticas nesse processo foi o diferencial. Os eventos organizados com a finalidade de discutir a atuação profissional e o futuro da profissão eram a meta de cada gestão que estava à frente da ABED, que enfrentava o desafio de conquistar as credibilidades profissionais,

política e social da categoria em um país cheio de contrastes sociais. Isso fica claro no depoimento a seguir:

Na gestão de 1977/79, foram realizadas mobilizações para reativar as seções da ABED que estavam praticamente desativadas, divulgou o XII Congresso Internacional de Economia Familiar e modificou o anteprojeto de regulamentação da profissão, assessorada por especialistas do MEC, encaminhou ao Ministério da Educação que enviou ao Ministério do Trabalho, sendo arquivado. Além de modificar o Estatuto, adequando-o a necessidade da ABED, também incentivou a criação da Seção Pernambuco. Foi nesta gestão que os Congressos de Economia Doméstica passaram a ser de iniciativa da ABED e não mais das escolas (SIMONINI, 1991, p. 67).

Para Demo (1996), “a participação é a conquista humana principal, dada a dificuldade de realizá-la de modo desejável”.

É interessante observar que a categoria profissional, na época, já apresentava certa insatisfação, embora não se possa afirmar ao certo se pela profissão, até então desconhecida nos cenários social, político e econômico brasileiros, ou pelo fato de entender que a área social não estava na agenda, como prioridade, dos governantes de então.

É preciso entender que o público que procurava os cursos de Economia Doméstica eram mulheres, que eram formadas para trabalhar com temáticas relacionadas com as práticas do lar. Nessa perspectiva, pode-se supor que as contradições e ambiguidades existentes na Extensão Rural, como as condições de trabalho e a falta de vontade política em diminuir as desigualdades sociais do campo, podem ser um dos indicadores que desestimulavam algumas Economistas Domésticos. No entanto, estimulavam outras tantas. As dificuldades eram para essas Economistas Domésticos um desafio a ser superado, conforme relatou Simonini:

Gestão 79/81-Após a posse, ainda em Pelotas (RS), foi discutida o lançamento da Revista Brasileira de Economia Doméstica (OIKOS), prevista nos Estatutos da ABED desde a fundação da mesma. Dentre as atividades da Diretoria estava previsto estruturar a secretaria, dar continuidade a publicação do Boletim Informativo da ABED (que surgiu em 1970, sendo interrompido em 1972), divulgar a ABED nos diversos órgãos da imprensa escrita e falada, junto a outros órgãos de classe e ao público em geral, por meio de participação de Semana de Economia Doméstica, palestras, comparecimento a solenidades, recepções e inaugurações (SIMONINI, 1991, p. 68).

De acordo com Salles (2010, p. 16), “desde a segunda metade da década de 1970 houve um aumento da sociedade civil organizada e a formulação de reivindicações dos diversos setores sociais”. Portanto, a organização dos pares era determinante e “a participação é a possibilidade de resgatar a cidadania e refletir a ação política, social, econômica e cultural dos diferentes atores, construindo novas relações sociais” (RAMOS, 2006).

Em 1981 foi reiniciado o processo para regulamentação da profissão na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei nº 5.816/81), sendo aprovado, mas vetado pelo então presidente da República, argumentando que a profissão não era imprescindível para o desenvolvimento do país. Embora as profissionais tenham se sentido abalado, a Diretoria não abdicou de seu principal objetivo. Em 1984, novamente os trabalhos para regulamentar a profissão foram reiniciados em nível de Congresso Nacional (Projeto de Lei nº 191/84). Em 1985 no dia 21 de outubro a profissão foi regulamentada sob o nº 7.387 (SIMONINI, 1991, p. 69-70).

Apesar dos obstáculos políticos e sociais, as profissionais que estavam à frente da Diretoria da ABED conseguiram superar um a um, com determinação e ousadia. Lamentavelmente, a história de lutas da ABED, bem como das profissionais que lutaram pelo reconhecimento da profissão e da atuação profissional, é desconhecida pelas/os estudantes e conseqüentemente pelas/os profissionais da atualidade. É bem verdade que “não está na nossa prática a participação” (BORNEDAVE, 1998), tampouco a disseminação do conhecimento desta história.

Esse aspecto tem originado diversos outros entraves, entre eles o desconhecimento da importância de uma representação de classe para a categoria profissional, o que culmina na desvalorização da profissão e da Associação Brasileira de Economistas Domésticos – ABED.

Essa nova geração de profissionais que está no mundo do trabalho, bem como a que está sendo formada, desconhece que durante 17 anos a ABED teve papel importante no processo de regulamentação da profissão; que a ABED também lutou para que o Conselho Federal de Economistas Domésticos fosse criado e estruturado pelo Projeto de Lei nº 33, de 29/09/1987, sendo regulamentado em 1990 (Lei nº 8.042), entre outros feitos que, embora registrados, permaneçam desconhecidos. Em vista dessa desvalorização/desconhecimento, a categoria tem enfrentado múltiplos desafios, que associados a outros fatores têm disseminado a ideia de riscar do mapa as representações

de classe e a profissão, como se esse fosse o caminho para resolver todos os problemas que afligem uma profissão.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A década de 1960 inicia com o Brasil vivendo uma instabilidade econômica que, conseqüentemente, afetou o setor político e social. Esse cenário, associado aos altos índices de inflação, culminou no Golpe de Estado de 1964” (LEITE JR., 2009). Ou seja:

O primeiro presidente do regime militar, Marechal Castello Branco, ficou no poder de 15/04/1964 a 15/03/1967, sua prioridade foi ajustar as contas públicas e controlar a inflação que chegava a 80% ao ano, para tanto foi realizada profundas reformas na área fiscal e financeira e criaram o Plano de Ações Econômica do Governo. Para combater a inflação o plano propôs um programa de ajuste fiscal rigoroso, com aumento das receitas e redução das despesas públicas e um controle rígido de emissão de moeda. Para conter a expansão dos salários, o plano recomendou reajustes vinculados ao aumento da produtividade. Também foram realizadas reformas estruturais, como mudanças no sistema tributário, financeiro, trabalhista e previdenciário do país (LEITE JR., 2009, p. 32-33).

“A partir de 1967, tem-se um período de crescimento na economia brasileira. Em 1969 assume a presidência um colegiado formado por militares que logo transfere o poder para o general Médici até 1974” (LEITE JR., 2009).

Ainda segundo esse autor, foi também nesse período que houve aumento da concentração de renda. No campo social foram criados o Plano de Integração Social (PIS), o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), o Movimento Brasileiro de Alfabetização e a ampliação das Unidades Federais de Ensino Superior.

Foi nesse panorama que, em 1966, aconteceu no Rio de Janeiro a I Reunião Nacional de Diretores/as de Escolas e Cursos Superiores de Ciências Domésticas. Com o objetivo de discutir temas como: Andamento dos processos de Regulamentação da Profissão; a Conveniência da Licenciatura em Economia Doméstica e o Currículo Mínimo. Em virtude dessa reunião, outras aconteceram em Viçosa, MG, e no Rio Grande do Sul, por se perceber que tanto a questão da regulamentação da profissão quanto a do Currículo Mínimo só seriam resolvidas através da união dos/as profissionais, congregadas/os em uma Associação de Classe em nível nacional (MARQUES, 1987).

Vale ressaltar que, apesar das restrições políticas que o país atravessava, isso não impediu que em Viçosa-MG, no ano de 1967, fosse criada a Sociedade Mineira de Economistas Domésticos – SMED, com as finalidades de congregar os/as profissionais do Estado, divulgar a profissão, definir e ampliar o campo de trabalho e regulamentar a profissão (SIMONINI, 1991, p. 66), mas logo se percebeu que era preciso expandir a atuação para atender às aspirações da categoria profissional do Brasil.

Em 1968, a SMED filiou-se à Federação Internacional de Economia Doméstica – FIEF e organizou um Seminário Nacional, que teve a participação de políticos e técnicos de todo o Brasil. Diante da necessidade de ampliar e se firmar no mercado de trabalho, houve mobilização dos/as Economistas Domésticos em vários pontos do Brasil, os quais se organizaram em mais um evento, no ano de 1969, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e, dentre outras questões discutidas, nasce a Associação Brasileira de Economistas Domésticos – ABED (SIMONINI, 1991).

Após a criação da ABED, os desafios firmam preparar o Anteprojeto dos Estatutos e Regimentos, definir a Estrutura Organizacional, registrar a ABED em cartório, cadastrá-la no Ministério da Fazenda e cumprir as formalidades para a sua legalização. A Diretoria eleita também se mobilizou para criar as Seções de São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Sul/Santa Catarina, Brasília e Guanabara, ainda no ano de 1969 (SIMONINI, 1991).

A Federação Internacional de Economia Doméstica – FIEF solicitou à primeira Diretoria da ABED que fizesse um levantamento, em nível nacional, do mercado de trabalho da/o Economista Doméstico, de nível Superior e Técnico, sendo financiado pela UNESCO. Os dados foram utilizados no Seminário sobre Novas Perspectivas das Ciências Domésticas no Desenvolvimento Nacional, realizado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ, em Piracicaba, SP, em setembro de 1974 (SIMONINI, 1991).

Nesse cenário em 1979, durante o V Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, realizado em Pelotas, RS, os membros eleitos da Diretoria da ABED sentiram a necessidade de uma publicação que pudesse divulgar informações de interesse profissional (GUIMARÃES, 2001).

Para a publicação da revista, o Conselho Editorial e o Conselho Técnico-Científico da ABED elaboraram o regimento interno da revista, a qual recebeu o nome

de OIKOS, que significa lugar onde se vive; e no VI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, realizado em Fortaleza, CE, foi apresentado às(aos) profissionais de Economia Doméstica e autoridades o **volume 1, nº 1, 1981** da Revista OIKOS (GUIMARÃES, 2001), assim expresso:

Os anos 80 foram marcados por forte recessão econômica em toda América Latina. Foi nessa época que houve uma expansão dos movimentos sociais de oposição ao regime militar. A demanda por reconstrução da democracia e da cidadania trouxe para o centro dos debates questões como as desigualdades sociais e pobreza, que afetavam a maioria da população (SANTOS, 2009, p. 57).

Ainda no período da ditadura militar, a profissão de Economista Doméstico foi regulamentada pela Lei 7.387, de 21 de outubro de 1985, que dispõe sobre o exercício da profissão; e o Decreto 92.524, de 8 de abril de 1986, regulamentou essa lei.

Com o fim da ditadura militar, o país apresentava uma situação econômica crítica, a inflação fora do controle e dificuldades de negociação da dívida externa. Na década de 1990, com a inflação ainda fora de controle, o governo toma, sem sucesso, medidas radicais nos campos político, econômico e social, com o objetivo de controlar a inflação e estabilizar a moeda. Em 1994 é lançado o Plano Real, que estabilizou a economia e a inflação (LEITE JR., 2009).

A partir 2002, com a inflação controlada e a moeda estabilizada, a área social, nos meios rural e urbano, oferece vasto campo para o/a profissional com formação em Economia Doméstica. E tanto o Conselho Federal de Economistas Domésticos quanto a ABED têm atuado de forma a garantir a inclusão dos/as profissionais nesse cenário.

Em todos esses momentos, a ABED teve papel fundamental, especialmente no que se refere à luta pela regulamentação da profissão e pelo reconhecimento profissional. Sair do anonimato e mobilizar uma categoria profissional, que era formada para atender a uma demanda emergente que estava associada ao cuidado da casa e à modernização do campo, em uma época em que os direitos políticos e sociais eram restritos, constituíram um desafio superado pela categoria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a trajetória da ABED, nesses anos que antecederam a regulamentação da profissão, a articulação política sempre esteve presente nas agendas de cada gestão

que assumia o compromisso de dar continuidade ao processo de regulamentação. É fundamental notar que todos os avanços, sejam eles positivos, sejam negativos, que foram registrados nas Revistas OIKOS servem de subsídios para que a nova geração de profissionais possa conhecer os desafios de uma profissão que, embora tenha surgido para atender a uma demanda no meio rural e do Estado, se faz presente em outros campos de atuação.

A Associação Brasileira de Economistas Domésticos – ABED, bem como as seções regionais, passou por dificuldades, tanto de credibilidade por parte das/os profissionais quanto financeira. Aliada a essa realidade, muitos cursos foram extintos no país, e as causas precisam ser conhecidas e refletidas não apenas de forma endógena, mas com base nos momentos histórico, econômico e político do país. Entender essa dinâmica política e social é fundamental para fortalecer o compromisso da categoria com a Economia Doméstica. As transformações política, social e econômica do país também influenciam nos rumos da profissão. Atualmente, não se pensa na profissão de Economista Doméstico apenas na Extensão Rural, como no passado, mas também em outras áreas onde se faz necessária.

Diante disso, cabe perguntar o que tem contribuído para dificultar a participação da categoria no fortalecimento dos seus órgãos de representação? Este artigo não teve a pretensão de responder a essa questão, mas iniciar um debate que pode aproximar esses (as) profissionais das determinações dessa dificuldade. As representações de classe Conselho e Associação têm papel fundamental nesse processo, mas atualmente são apenas lembradas quando há necessidade de reivindicação de inclusão de profissionais em concursos públicos, por exemplo.

É importante ressaltar que tanto o Conselho quanto a ABED, nessas últimas décadas, têm enfrentado diversos desafios no que se refere à inclusão e ampliação de profissionais no mercado de trabalho. Houve crescimento significativo tanto na oferta de trabalho quanto na demanda por profissionais com formação em Economia Doméstica. A abertura e ampliação do mercado de trabalho, no atual cenário brasileiro, implicam dizer que as representações de classe têm cumprido seu papel. Atualmente, a ABED tem como desafios permanecer atuante e continuar existindo. Tarefa essa que depende de as/os profissionais de hoje garantir que as futuras gerações conheçam e valorizem a Associação Brasileira de Economistas Domésticos.

6. REFERÊNCIAS

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BRUM, J. A. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 23. ed. Unjuí, RS, 2003.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Pobreza política: polêmicas do nosso tempo**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

GUIMARÃES, E. M. V. Vinte anos da Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS (1981-2011). **Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS**, Viçosa, v. 13, n. 1, 2001.

LEITE JR., A. D. **Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro**. Módulo Básico Especialização em Gestão Pública Municipal. Brasília: Departamento de Ciências da Administração/UFSC/UAB:CAPES, 2009. 90 p.

MARQUES, N. A. C. Faculdade de Ciências Domésticas e Educação Rural Teresa D'Ávila – Lorena-SP. **Revista Brasileira de Economia Doméstica –OIKOS**, Viçosa, v. 5, n. 1, 1987.

RAMOS, L. de F. **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológicos-desenvolvimentos, uma perspectiva plural**. Manaus: Bagaço, 2006.

SALLES, H. da M. **Gestão democrática e participativa**. Módulo Básico Especialização em Gestão Pública Municipal. Brasília: Departamento de Ciências da Administração/UFSC/UAB: CAPES, 2010. 110 p.

SIMONINI, M. L. Retrospectiva dos 20 anos da Associação Brasileira de Economistas Domésticos (ABED) Caminhos Percorridos pela Profissão. **Revista Brasileira de Economia Doméstica – OIKOS**, Viçosa, v. 7, n.1, 1991.

VITA, A. de. **Sociologia da sociedade brasileira**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1988.

*Recebido em 17 de março de 2011 Aceito em 01 de junho de 2011.